

EXTRA-CLASSE

Há futuro para o trabalho?

Os trabalhadores devem buscar seus direitos junto aos sindicatos e ao mesmo tempo formar uma unidade contra as propostas do governo de fazer reformas como a sindical e a trabalhista. A exortação foi feita na introdução do painel “Há futuro para o trabalho? As reformas em debate”. O evento aconteceu no dia 2 de maio, no auditório da seção sindical, na retomada do projeto *Cultura na SEDUFSM*.

Aproximadamente 70 pessoas, formada por muitos estudantes de escolas públicas, prestigiaram o debate, que abordou aspectos das Reformas Sindical, Trabalhista e outras que poderão afetar o futuro dos trabalhadores. Participaram ainda do painel o professor Marcelo Kümmel, dos cursos de Direito da Unifra e da Unijuí, e Gecira Di Fiori, militante histórica do sindicalismo na UFSM e atualmente professora do curso de Serviço Social da Universidade de Cruz Alta. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo do professor de História e presidente da SEDUFSM, Diorge Konrad, que na abertura homenageou a memória do professor Joel Abílio Pinto dos Santos, falecido no final de março deste ano.

Para o dirigente dos comerciários, o projeto de Reforma Sindical do governo Lula carece de democracia. “São muitas exigências” que acarretam na inibição de vários tipos de negociações entre empregador e empregado, destacou Rogério Reis. No

que se refere à Reforma Trabalhista, conforme sua análise, a proposta prejudica os trabalhadores, pois prevê o retrocesso nos direitos de reivindicações. “Deve-se comunicar a greve 72 horas antes, além de gerar multa”, contestou indignado, Reis.

Para ele, a implantação de empresas multinacionais também representa um ataque aos trabalhadores, pois gera redução de empregos. O professor de Direito da Unifra e da Unijuí, Marcelo Kümmel, fez ao público a seguinte indagação: O que tem que reformar ou não? Ele relatou como foram adquiridos os direitos trabalhistas, desde a Revolução Industrial, na Inglaterra, há mais de 150 anos. De acordo com o professor, sempre em épocas de crise, se pretende cortar direitos dos trabalhadores. Entretanto, Kümmel acredita ser “improvável que se tire o 13º salário, porque movimenta a economia”. De acordo com o especialista, no período do (presidente) Fernando Henrique Cardoso, queriam anular os direitos mínimos da classe operária.

A partir dessa época, as pessoas se sindicalizaram menos, por vários motivos, entre eles, a cobrança de mensalidade e o risco de não conseguir o emprego por estar vinculado a um sindicato. Marcelo Kümmel explica que antes de se aprovar a Reforma Trabalhista, no seu entendimento, o governo deverá fazer a Reforma Sindical, Previdenciária e Tributária.



Reformas trabalhista e sindical foram criticadas

As desigualdades sociais



Gecira: exigências do imperialismo



Kümmel: trabalhador paga pela crise



Reis: inaceitável a perda de direitos

A professora do curso de Serviço Social da Universidade de Cruz Alta, Gecira Di Fiori, que também atua na Assessoria Jurídica da UFSM discorreu sobre a dimensão social do trabalho, em que a relação entre classe operária, empresariado e estado está em contradição ao *capital versus trabalho*. Resultante dessas associações estão a desigualdade social e as mudanças na sociedade contemporânea. Gecira explicou sobre os elementos dessa conjuntura: o trabalho como atividade social e cooperativa e o capitalismo na visão de rentabilidade e da concor-

rência. A assistente social também apontou dados sobre a distribuição de renda no mundo, apresentando dados de que 20% da população retêm 80% da riqueza do mundo. Segundo ela, “a ordem imperialista exige a flexibilização trabalhista e a diminuição de poder dos sindicatos”. Gecira encerrou sua explanação questionando o público: Será que o capitalismo vai sobreviver ao seu próprio sucesso?

Durante o debate, o público manifestou a dúvida no aspecto de novas conquistas, se a luta estava idealizada somente em não perder

direitos que ainda restam. Rogério Reis disse que o próprio Ministério do Trabalho tira aos poucos os direitos dos trabalhadores. Porém, “a trajetória foi sofrida e a classe não aceitará discutir o que já tem”. Segundo Marcelo Kümmel é difícil aumentar os direitos, mas é possível obter um avanço qualitativo e garanti-los de uma forma adequada. Já de acordo com Gecira, a dinâmica global é rápida, em um momento frágil do movimento sindical, que está sujeito à informalidade que o capitalismo submete.

A emenda 3

Bastante discutida no painel do *Cultura na SEDUFSM*, a Emenda 3, incluída no projeto da Super Receita, e que foi vetada pelo presidente Lula, proibia os auditores fiscais da Receita Federal de autuar ou fechar as empresas prestadoras de serviço constituídas por ‘uma única pessoa’. A emenda transferia para o Poder Judiciário a definição de vínculo empregatício, beneficiando profissionais liberais que atuam como pessoas jurídicas e as empresas que utilizam seus serviços, em substituição ao contrato de trabalho pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Para Rogério Reis, favorável ao veto, a emenda é a favor das classes empresariais, e tem por objetivo “esfacelar, desorganizar e dividir os trabalhadores”, tornando-os fracos. Ele completou que “infelizmente ou felizmente o comércio informal está aí e as pessoas estão sobrevivendo trabalhando”. Kümmel expôs que “falta um projeto transparente e bem pensado para o século 21, que garanta direitos mínimos do trabalhador”.